

GESTOR JURÍDICO

CADERNO DE PROVA
LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (questões) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a D; sendo apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.
2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.
3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação e pontuação neste certame.
5. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.
6. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
7. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, nos últimos 30 minutos de prova.
8. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.
9. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova de acordo com cronograma e após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site <https://funatec.org.br>

Boa prova a todos!

LÍNGUA PORTUGUESA – QUESTÕES DE 01 A 15

As questões de 01 a 05 referem-se ao texto a seguir:

A LUTA CONTRA O RACISMO É DE TODA A SOCIEDADE

O início de agosto foi marcado por um caso de racismo que ocupou o noticiário nacional e internacional. Refiro-me ao ataque racista contra a filha e o filho dos atores Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso, duas crianças negras, além de uma família angolana, desferido por uma mulher branca no litoral de Portugal, no dia 30 de julho. Primeiro, como mãe, minha solidariedade à Giovana pela reação que teve ao perceber que suas filhas crianças estavam sendo vítimas de um ataque brutal. A segunda questão que gostaria de refletir para contribuir com um entendimento que considero fundamental: o racismo é um problema de toda a sociedade. Repito aqui a pergunta feita por Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso nas entrevistas que concederam para falar do episódio: e se os pais fossem negros, o que teria ocorrido? É muito triste perceber que talvez a situação pudesse ser outra.

Infelizmente, essa é a realidade que temos visto diariamente em episódios onde pessoas negras, sejam crianças, mulheres, homens, jovens, idosos são agredidos verbal ou fisicamente por atos racistas. O noticiário nos mostra essa devastadora realidade todos os dias. O 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho de 2022, mostra que 78% das vítimas de mortes violentas no Brasil são negros enquanto 21,7% são brancos. No caso das mortes provocadas pela polícia, o dado é ainda pior: 84% dos alvos são negros. O estudo também mostra que entre os policiais militares ou civis mortos em situação violenta, 67,7% deles são negros. No caso das mulheres vítimas de feminicídio, 62% são negras e 37,5% são brancas, o que mostra uma realidade estruturalmente desigual no momento em que precisam buscar ajuda, acolhimento ou socorro nos serviços públicos.

Os números mostram que o racismo é um problema estrutural, o que faz desse crime uma questão que envolve não apenas a população negra, mas principalmente a população branca. O Brasil é um país negro e feminino, localizado numa América africana e indígena, como nos ensina Lélia Gonzalez.

Somos 56% de pessoas negras e 52% de mulheres. Mas, infelizmente, nossa história social, política e cultural é estruturada na violência da colonização branca europeia que fez do sequestro e escravização dos povos africanos a base da economia brasileira. Uma colonização que nega a nossa africanidade cultural e social. Não há democracia num país onde 56% da população está sob constante ameaça, num país onde crianças, jovens e adultos correm o risco de serem presos ou mortos porque são pretos.

A luta contra o racismo precisa ser incorporada como um problema de brancos, sobretudo porque como grupo social é onde o racismo é naturalizado pela negação de sua existência. Ao contrário do que ideologias racistas pretendem afirmar, não vivemos numa democracia racial. Os números acima comprovam isso. Por isso, não basta sermos contra o racismo, precisamos ter uma atitude antirracista.

No livro de Djamilia Ribeiro "Pequeno Manual Antirracista", a escritora feminista e pensadora negra nos ensina a buscar o autoquestionamento como um método antirracista: "onde estão as pessoas negras? Por que elas não estão aqui? Se estão, qual o lugar elas ocupam? Por quê". A ruptura com a ideologia racista passa por nominar o racismo e, ao mesmo tempo, questionar e enfrentar práticas cotidianas que reforçam a cultura do apagamento e do desrespeito à população negra.

O aprofundamento atual do neoliberalismo não deixa dúvidas do impacto destrutivo para as comunidades periféricas: mais pobreza, precarização de serviços públicos e ampliação da violência racista e machista, com o agravamento dos assassinatos da população negra e dos feminicídios. Como gestores públicos, entendo que o racismo e o machismo precisam ser considerados com políticas transversais de raça e gênero para que as políticas públicas avancem na ruptura com práticas institucionais e estruturais que ignoram as realidades específicas das periferias, da população negra, das mulheres, da população LGBTQIA+, das pessoas com deficiência. É ao lado dessas maiorias invisibilizadas e subalternizadas que lutamos.

O compromisso com a democracia passa por buscarmos uma sociedade mais inclusiva. E essa inclusão só será possível se rompermos com políticas institucionais racistas e misóginas. Como ex-prefeita e deputada estadual, uma mulher branca com atuação na política, penso que meu dever como

militante feminista e antirracista é ser uma aliada na luta antirracista. Precisamos falar sobre a branquitude, sobre o que significa pertencer ao grupo étnico branco e o que podemos fazer para desnaturalizar a violência racista que tenta apagar a africanidade de nossa cultura e identidade nacional. Combater o racismo e o machismo precisa ser compromisso de toda a sociedade efetivamente. (Por Stela Farias. ADAPTADO. Site Brasil de Fato. Publicado em 05/08/2022. Disponível em <https://www.brasildefatores.com.br/2022/08/05/artigo-a-luta-contra-o-racismo-e-de-toda-a-sociedade>)

01) A partir da leitura do texto, poderíamos dizer corretamente que:

- (A) O problema do racismo é pontual, já que se verifica por meio de "atos racistas" e não de uma estrutura racista.
- (B) O racismo é voltado contra a minoria negra da população.
- (C) O racismo é um problema social de todos, mesmo que seu alvo seja a população negra.
- (D) O racismo demonstra raízes ainda no processo de colonização branca europeia.

02) Os dados trazidos pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) mostram que:

- (A) A polícia é predominantemente branca e mata predominantemente negros.
- (B) Os dados acerca do feminicídio vão de encontro aos dados mostrados em mortes provocadas pela polícia.
- (C) A violência contra negros atinge igualmente policiais e civis.
- (D) A violência contra negros é sempre maior que a contra brancos, em diversas esferas do estudo, mostrando uma estrutura desigual.

03) A autora defende que a democracia racial é:

- (A) Pressuposto da democracia brasileira.
- (B) Inexistente em nossa sociedade atual.
- (C) Desnecessária, já que o racismo, em si, não existe.
- (D) Comprovável pelos números estatísticos trazidos no texto.

04) Na opinião da autora, o neoliberalismo:

- (A) Gera impacto somente nas comunidades periféricas.
- (B) Tem impactos negativos principalmente nas comunidades periféricas.
- (C) Tem sofrido processo de atrofia no cenário atual.
- (D) Não guarda relação direta com a questão do racismo.

05) Podemos inferir que o texto é predominantemente:

- (A) Narrativo
- (B) Descritivo
- (C) Opinativo
- (D) Jornalístico

06) "E essa inclusão só será possível se rompermos com políticas institucionais racistas e misóginas". A palavra em destaque teria o melhor significado na seguinte alternativa:

- (A) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a mulheres.
- (B) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a outras pessoas.
- (C) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a minorias.
- (D) Indivíduo que sente repulsa, horror ou aversão a democracia.

07) Marque a alternativa em que não se faz necessária correção ortográfica:

- (A) O norte é o ponto cardinal que irá lhe orientar.
- (B) Os temperos estão na dispensa.
- (C) No xadrez, começa-se movendo o pião.
- (D) O assunto é delicado: vou precisar de sua discríção.

08) Qual conjugação não existe no imperativo do indicativo?

- (A) Na primeira pessoa do plural.
- (B) Na forma negativa.
- (C) Na primeira pessoa do singular.
- (D) Em verbos da terceira conjugação.

09) A forma nominal do verbo CABER no particípio é:

- (A) cabendo
- (B) cabido
- (C) caibo
- (D) caiba

10) “Após todo o escarcéu, meu pai adentrou furioso na sala, falando alto”.

As palavras em destaque são, respectivamente:

- (A) adjetivo e advérbio
- (B) advérbio e advérbio
- (C) adjetivo e adjetivo
- (D) advérbio e adjetivo

11) “Nosso casamento pede socorro e você continua com seus adultérios”.

Podemos dizer que a oração em destaque é do tipo coordenada sindética:

- (A) adversativa
- (B) aditiva
- (C) conclusiva
- (D) explicativa

12) “Deus, rogai por nós”. Na frase, podemos dizer que o uso da vírgula é:

- (A) Obrigatória, já que isola um aposto.
- (B) Facultativa, já que isola um vocativo.
- (C) Obrigatória, já que isola um vocativo.
- (D) Facultativa, já que isola um aposto.

13) Assinale a alternativa correta quanto à concordância verbal:

- (A) O pai ou a mãe serão o único a entrar na cirurgia.
- (B) Apenas 1% dos estudantes não sabe álgebra.
- (C) Você e eu, posso namorar.
- (D) Dentre os estudantes, apenas 1% não sabe álgebra.

14) Assinale a alternativa correta quanto à concordância nominal:

- (A) É proibido a entrada de estranhos.
- (B) Mesmo assim, ela ficou meia confusa.
- (C) É proibida entrada de estranhos.
- (D) Você tem motivos bastantes para agradecer.

15) Analise as frases a seguir:

- I. Os vigilantes passavam a noite no pátio da escola.
- II. Os vigilantes passavam à noite no pátio da escola.

Podemos dizer corretamente que:

- (A) Na frase II, é possível dizer que os vigilantes ficavam a noite inteira na escola.
- (B) Na frase I, é possível dizer que os vigilantes pernoitavam no pátio da escola.
- (C) Na frase II, os vigilantes passam mais tempo no pátio da escola que na frase I.
- (D) As frases tem o mesmo sentido, já que se trata de um caso de crase opcional.

RACIOCÍNICO LÓGICO E MATEMÁTICO

QUESTÕES DE 16 A 20

16) Observe a seguinte sequência lógica, em seguida, assinale a assertiva que apresenta o valor correto de X.

(0; 6; 24; 60; X; 210; ...)

- (A) 120
- (B) 84
- (C) 98
- (D) 105

17) A senha do celular de Maria é composta por 3 dígitos, certo dia ela acabou esquecendo sua senha, caso ela tente digitar a senha 6 vezes sem sucesso, perderá de forma permanente o acesso ao aparelho. Ela já tentou digitar a senha 5 vezes, mas não obteve sucesso em nenhuma dessas tentativas, porém, conseguiu tirar algumas conclusões como mostra a seguir:

1ª Tentativa: [5 - 1 - 0] (Dois dígitos estão corretos, porém, fora das suas posições.)

2ª Tentativa: [7 - 3 - 1] (Um dígito está correto, porém, na posição errada.)

3ª Tentativa: [9 - 7 - 3] (Nenhum dígito está correto.)

4ª Tentativa: [0 - 6 - 8] (Possui um dígito correto, porém, na posição errada.)

5ª Tentativa: [0 - 3 - 5] (Um dígito está correto e na posição correta.)

Sabendo que Maria possui apenas mais uma chance para recuperar seu aparelho, e se baseando nas conclusões de cada tentativa, assinale de forma correta a senha do celular.

- (A) [8 – 5 – 3]
- (B) [0 – 2 – 1]
- (C) [5 – 1 – 9]
- (D) [1 – 8 – 5]

18) Dada as duas proposições P e Q, assinale a assertiva que apresenta de forma correta a resolução da tabela verdade para a coluna $(P \rightarrow Q) \wedge (P \vee Q)$.

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, F, F.

19) Assinale a assertiva que nega corretamente a seguinte proposição:

P1: Todos da faculdade pularam carnaval.

- (A) Duas pessoas da faculdade pularam carnaval.
- (B) Apenas a turma do 5º período pulou carnaval.
- (C) Ninguém da faculdade pulou carnaval.
- (D) Somente uma pessoa da faculdade não pulou carnaval.

20) Um investidor decidiu aplicar R\$ 1.580.000,00, a juros compostos, com uma taxa 8,02% ao ano, esse investidor sabe que ao final do período da aplicação ele terá um montante de R\$ 5.025.967,54. Assinale a assertiva que apresenta de forma correta a quantidade de anos que seu capital ficará investido.

- (A) 8 anos.
- (B) 15 anos.
- (C) 10 anos.
- (D) 13 anos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 40

21) Na teoria da responsabilidade civil por atos de gestão, quais tipos de atos o Estado pode ser responsabilizado:

- (A) Atos que causem danos exclusivamente aos cidadãos.
- (B) Atos de império e atos de gestão.
- (C) Atos administrativos e atos legislativos.
- (D) Atos judiciais e atos executivos.

22) Comportamentos que, no âmbito da teoria da responsabilidade civil, são classificados como atos de império, refletindo ações praticadas no exercício do poder estatal e que desfrutam de imunidade perante a responsabilização civil, tendo em vista a soberania inerente ao desempenho das atividades públicas, tais como atos legislativos, judiciais e administrativos:

- (A) Atos realizados pelo Estado em igualdade com o indivíduo.
- (B) Atos que visam exclusivamente o benefício do Estado.
- (C) Atos realizados pelo Estado Soberano.
- (D) Atos que prejudicam terceiros de forma intencional.

23) Atos passíveis de responsabilidade atribuída ao Estado, segundo os preceitos delineados na teoria discorrida, abarcando as ações administrativas que geram repercussões danosas e que, amparadas por essa teoria, podem suscitar a responsabilização do ente estatal, incluindo desde condutas omissivas até ações comissivas que desencadeiem prejuízos a terceiros:

- (A) Apenas atos que causem danos diretos ao Estado.
- (B) Apenas atos de gestão.
- (C) Todos os atos realizados pelo Estado.
- (D) Apenas atos de império.

24) Qual distinção primordial se estabelece entre os atos de império e os atos de gestão na teoria da responsabilidade civil, notando-se que os atos de império referem-se às atividades vinculadas ao exercício soberano do Estado, conferindo imunidade, enquanto os atos de gestão estão associados às ações administrativas, sujeitas à responsabilização, na medida em que se destinam a atender necessidades de natureza privada e ordinária:

- (A) A intencionalidade na prática dos atos.
- (B) O impacto direto nos cidadãos.
- (C) A equiparação do Estado com os indivíduos.
- (D) A situação do Estado ao realizar os atos.

25) Por que a Teoria da responsabilidade civil por atos de gestão considera o Estado responsável apenas pelos atos de gestão:

- (A) Porque são atos que visam exclusivamente o benefício do Estado.
- (B) Porque são atos realizados em situações de igualdade com o indivíduo.
- (C) Porque são atos que prejudicam terceiros de forma intencional.
- (D) Porque são atos que não afetam os cidadãos diretamente.

26) Conforme os estudos acerca do título de crédito, qual erudito juriconsulto delineou um conceito sobre o título de crédito reconhecido como íntegro e sem falhas, destacando-se por ser uma representação documental dos direitos creditórios, idônea em sua forma e conteúdo, apta a ser negociada e transferir direitos a terceiros de maneira segura e desimpedida:

- (A) Cesare Vivante
- (B) Rosa Junior
- (C) Novo Código Civil Brasileiro
- (D) Coelho

27) Conceituação oficial adotada pelo recente Código Civil Brasileiro referente ao título de crédito, estabelecendo um parâmetro normativo e preciso que caracteriza esse instrumento como um documento formal e escrito que representa um direito creditório, permitindo sua circulação e transferência, conferindo segurança e legitimidade às transações comerciais, garantindo a fluidez e a segurança nas relações econômicas e financeiras:

- (A) Um documento formal necessário
- (B) Um documento que não necessita de requisitos legais
- (C) Um documento capaz de realizar imediatamente o valor nele contido
- (D) Um documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido

28) De acordo com a exposição de Rosa Junior (2014), que atributo singular é destacado como uma das características inerentes ao título de crédito, evidenciando a sua natureza representativa de direitos, viabilizando a circulação e transferência de obrigações de maneira formal e autônoma, conferindo-lhe a capacidade de facilitar e respaldar transações comerciais mediante a sua própria força probatória e executiva:

- (A) É um documento formal
- (B) É um título líquido, certo e exigível
- (C) Representa uma obrigação quesível
- (D) Geralmente é emitido com natureza pro solvendo

29) Conforme as reflexões de Coelho (2016), de que maneira é conceituado o título de crédito, destacando-o como um instrumento documental formal e representativo que materializa direitos de crédito, assegurando sua circulação, transferência e exigibilidade mediante suas características intrínsecas, conferindo respaldo e eficácia às relações comerciais e financeiras:

- (A) Como um documento formal
- (B) Como um título de apresentação e um título de resgate
- (C) Como um título líquido, certo e exigível
- (D) Como um documento necessário, literal e autônomo, nele contido

30) Quais atributos e particularidades são elencados no texto como traços distintivos do título de crédito, evidenciando sua natureza como instrumento representativo de direitos creditórios, capaz de facilitar a circulação e transferência de obrigações, munido de autonomia e força executiva, fomentando, assim, segurança e confiabilidade nas transações comerciais e financeiras:

- (A) Representa uma obrigação quesível e é um bem móvel
- (B) É considerado um título de apresentação e um título de resgate
- (C) É um documento formal e geralmente é emitido com natureza pro solvendo
- (D) É um título líquido, certo e exigível e é um bem móvel

31) Ato particular e distintivo delinea e configura o delito de concussão, esse ato coercitivo que se traduz na obtenção indevida de vantagens por meio do abuso de poder ou autoridade:

- (A) Atraso na realização de um ato de ofício.
- (B) A exigência de vantagem indevida mediante ameaças pelo funcionário público.
- (C) Desvio de dinheiro público para benefício próprio.
- (D) A solicitação de vantagens indevidas por parte do funcionário público.

32) Qual é a conduta específica que delimita e qualifica o delito de corrupção passiva, sendo esta conduta caracterizada pela solicitação, aceitação ou obtenção de vantagens indevidas por parte de agente público em troca do exercício irregular de suas atribuições funcionais:

- (A) A solicitação de vantagens indevidas por parte do funcionário público.
- (B) Desvio de dinheiro ou bens públicos para benefício pessoal.
- (C) Atraso na realização de um ato de ofício.
- (D) Oferecer ou prometer vantagem indevida ao funcionário público.

33) Sanção estabelecida para o delito de prevaricação, transgressão esta que envolve o desvio do dever funcional por parte do servidor público, resultando em penalidades que podem abranger desde detenção, de acordo com o Código Penal, considerando a gravidade e circunstâncias do ato delituoso:

- (A) Detenção de 3 meses a 1 ano, além de multa.
- (B) Reclusão de 2 a 12 anos e multa.
- (C) Reclusão de 2 a 12 anos, sem multa.
- (D) Reclusão de 3 a 5 anos, sem multa.

34) Imaginemos o seguinte cenário: João, um funcionário público, desvia recursos financeiros destinados à aquisição de materiais para escolas públicas e os utiliza para benefício próprio, adquirindo itens pessoais. Nesse contexto, como se caracteriza o ato praticado por João, que configura a apropriação indébita de valores pertencentes à administração pública para fins particulares, resultando em prejuízo ao erário e ensejando penalidades de acordo com as leis vigentes.

- (A) Prevaricação.
- (B) Peculato.
- (C) Concussão.
- (D) Corrupção.

35) Diferença principal entre corrupção ativa e passiva:

- (A) Na corrupção ativa, o agente público solicita vantagens indevidas para si ou para outros, enquanto na corrupção passiva, oferece ou promete vantagem indevida a outro.
- (B) Na corrupção ativa, o agente público oferece ou promete vantagem indevida, enquanto na corrupção passiva, solicita ou recebe vantagens indevidas.
- (C) Não há diferença, ambas são similares em suas ações e consequências.
- (D) Na corrupção ativa, o agente público solicita ou recebe vantagens indevidas, enquanto na corrupção passiva, oferece ou promete vantagem indevida a outro.

36) O mecanismo de controle difuso de constitucionalidade, possibilita declarar a inconstitucionalidade de normas infraconstitucionais no curso de casos concretos. Este procedimento, embasado na supremacia da Constituição, confere a atribuição de realizar uma análise ampla e não restrita, conferindo a prerrogativa de julgar a constitucionalidade das leis frente aos preceitos constitucionais, desta forma, o controle difuso de constitucionalidade no Brasil permite que:

- (A) Apenas o Supremo Tribunal Federal exerça o controle de constitucionalidade.

- (B) Qualquer juiz ou tribunal possa exercer o controle de constitucionalidade.
- (C) Somente os Tribunais de Justiça possam analisar a constitucionalidade de um ato.
- (D) Apenas o Congresso Nacional possa determinar a inconstitucionalidade de leis.

37) A Constituição democrática de 1988 introduziu significativas modificações no que diz respeito ao controle de constitucionalidade. Houve um notável incremento no papel do controle concentrado de constitucionalidade, expandindo e consolidando a utilização da Ação Direta. No entanto, a estrutura de controle difuso foi preservada, permitindo que uma série de questões, especialmente aquelas relacionadas aos direitos e garantias individuais e sociais. Indique, dentre as alternativas abaixo, a classificação do sistema de controle de constitucionalidade no Brasil:

- (A) Exclusivamente difuso, sem utilização de controle concentrado.
- (B) Misto, utilizando tanto o controle difuso quanto o controle concentrado.
- (C) Concentrado, utilizando apenas ações diretas perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) Centralizado, sem a possibilidade de participação dos Tribunais de Justiça.

38) Instituição incumbida do controle concentrado de constitucionalidade no território brasileiro, atuando como guardião dos preceitos constitucionais por meio de ações diretas e declaratórias:

- (A) Congresso Nacional.
- (B) Ministério Público Federal.
- (C) Supremo Tribunal Federal.
- (D) Tribunais de Justiça.

39) Característica que singulariza o controle concentrado de constitucionalidade:

- (A) Várias instâncias judiciais analisam a constitucionalidade simultaneamente.
- (B) A análise de constitucionalidade ocorre em apenas um órgão, excluindo outros.
- (C) Somente o Executivo tem poder para analisar a constitucionalidade.
- (D) Apenas o Legislativo pode declarar uma lei como inconstitucional.

40) Marque a alternativa que contém exemplos de ações utilizadas no sistema de controle concentrado no Brasil:

- (A) Ação Declaratória de Constitucionalidade e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
- (B) Ação Revisional e Mandado de Segurança.
- (C) Ação Popular e Habeas Corpus.
- (D) Ação Rescisória e Agravo de Instrumento.